

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL, RECONHECIMENTO E S2ID



**CORPO DE  
BOMBEIROS  
MILITAR**  
ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Segurança Pública  
e Defesa Social

#DefesaCivilSomosTodosNos

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

**Facilitador:** Jacques Prates de Oliveira

CEPDEC - Departamento de Preparação e Resposta



CORPO DE  
BOMBEIROS  
MILITAR  
ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Administração Pública  
e Defesa Social

#DefesaCivilSomosTodosNos

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## AO FINALIZAR ESSA CAPACITAÇÃO, O PARTICIPANTE DEVERÁ SER CAPAZ DE:

- Compreender o processo de Decretação de Situação Anormal;
- Compreender a classificação dos níveis de desastre;
- Diferenciar Situação de Emergência e Estado de Calamidade de Pública;
- Compreender o processo de reconhecimento de situação anormal.

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

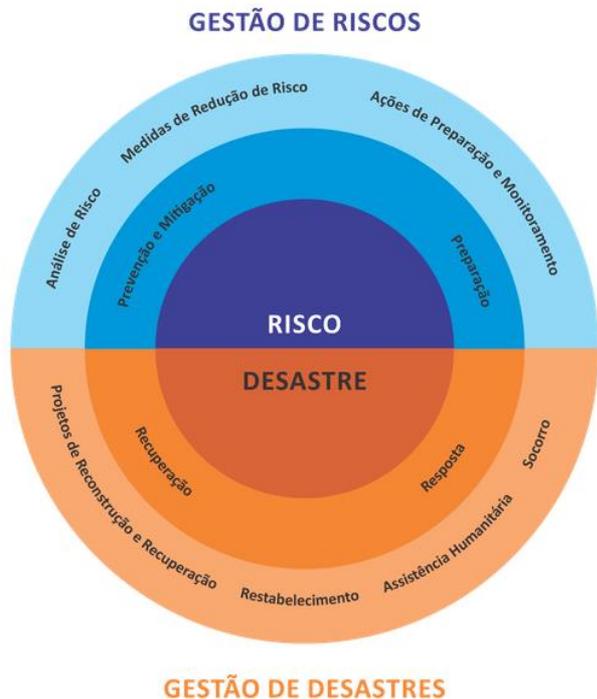
## DEFESA CIVIL

Conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos sobre a população e a promover o retorno à normalidade social, econômica ou ambiental.

# AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



# AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



**GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES:** medidas preventivas destinadas à redução de riscos de desastres, suas consequências e à instalação de novos riscos.

**GESTÃO DE DESASTRES:** compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação.

# AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Preparar os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil, no município, e a comunidade, para garantir uma resposta adequada aos desastres e minimizar os danos e prejuízos consequentes.

Elaboração de planos específicos onde é estabelecido o que fazer, quem faz, como fazer, e quando deve ser feito (PLANCON).

# AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Com o plano de contingência pronto e operacionalizado (simulados ou real), cada agente saberá o que fazer, quando fazer, como e com quais recursos irão atuar no momento do desastre.

# DESASTRE

As ações devem ocorrer de forma integrada, com a participação de todos os servidores/agentes visando proporcionar uma resposta efetiva às áreas afetadas e garantir o retorno à normalidade o mais breve possível.



# Princípios, diretrizes e os objetivos do PNPDEC

DECRETO Nº 12.652, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025.

Art. 3º - São diretrizes do PNPDEC:

[...]

V - atuação interfederativa, intersetorial, transversal, articulada e sistêmica nas ações de proteção e defesa civil, com a incorporação das agendas de gestão de riscos e de desastres no âmbito das políticas públicas setoriais e da adaptação às mudanças do clima.



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 12.652, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025

Estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, *caput*, incisos I e VIII, da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, que nortearão a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de forma integrada e coordenada.

Art. 2º São princípios do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil:

I - compreensão e identificação dos riscos de desastres;

# Princípios, diretrizes e os objetivos do PNPDEC



# DESASTRE

## Levantamento de danos e prejuízos:

É importante que cada Agência/Secretaria envolvida utilize suas competências para ir a campo e coletar informações detalhadas sobre os danos humanos, materiais, ambientais, além de prejuízos econômicos tanto públicos quanto privados.

Esse processo é fundamental para entender o impacto completo do evento e tomar decisões sobre as medidas necessárias de recuperação e apoio às comunidades afetadas.

# DESASTRE

## Compilação de dados / Caracterização do Desastre/ Parecer Técnico:

Compete à COMPDEC, além de suas atribuições rotineiras, registrar o desastre no sistema S2iD e elaborar um parecer técnico\* após receber os relatórios emitidos pelas Agências/Secretarias responsáveis pela coleta de dados. Este parecer deve detalhar os impactos e o nível do desastre, e recomendar ao chefe do executivo a declaração ou não de situação anormal, assim como sua caracterização, seja como Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

\* inciso IV do artigo 9º - Port. MDR nº 260/2022 e artigo 24 do decreto estadual nº 5696-R de maio de 2024.

# Parecer Técnico

GOVERNO DO ESTADO [nome] OU PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[Órgão de Proteção e Defesa Civil]

[Endereço com CEP]

[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

## I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o desastre e situação de anormalidade abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Decreto [n. e data]		Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]	
Situação de Anormalidade: [SE/ECP] Desastre Nível [I, II ou III]			
Protocolo de Registro no SZID: [UF-F-0000000-00000-00000000]			

## II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS:
[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
C. DANOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

D. DANOS AMBIENTAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

## III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

## IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se a apresentação geral das informações do desastre e atuação emergencial decorrente, e constata-se que os requisitos estabelecidos, nas normas vigentes para a decretação de situação de anormalidade, foram **cumpridos**.

Desta forma, **fundamenta-se a situação de anormalidade decretada**.

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura]

[Nome]

[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

# Parecer Técnico

Decreto Nº 5696-R, DE 06 DE MAIO DE 2024  
[...]

Art. 24. O processo para declaração da situação anormal, **deverá ser instruído com parecer do órgão de proteção e defesa civil.**

Parágrafo único. O órgão de proteção e defesa civil deverá fazer a avaliação do cenário, emitindo um parecer que relata os efeitos do desastre no Município e a necessidade de declaração, baseado nos critérios estabelecidos na legislação federal vigente.

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

## I. INFORMAÇÕES GERAIS

☒ O presente parecer versa sobre o desastre e situação de anormalidade abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Decreto [n. e data]		Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]	
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]		Desastre Nível [I, II ou III]	
Protocolo de Registro no SZID: [UF-F-0000000-00000-00000000]			

## II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos diretos do desastre em tela.

<b>B. DANOS HUMANOS:</b> [Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
<b>C. DANOS MATERIAIS:</b> [Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
<b>D. DANOS AMBIENTAIS:</b> [Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 000.777/2012-9

## VOTO

Trata-se de auditoria realizada no Governo do Estado do Pará, para verificar a aplicação dos recursos repassados pelos termos de compromissos 28/2009 (R\$ 72.000.000,00) e 43/2009 (R\$ 8.000.000,00), celebrados entre aquele Estado e a Secretaria Nacional de Defesa Civil – Sedec, do Ministério da Integração Nacional, para implantação, reconstrução e recuperação de obras de arte correntes, de obras de arte especiais e restauração de rodovias estaduais e vicinais, a fim de restabelecer a normalidade física e socioeconômica das famílias afetadas pelos desastres climáticos ocorridos no Estado do Pará.

Como procedimento inicial, a equipe de auditoria verificou que o processo que instruiu a expedição de portaria de reconhecimento das situações de emergência e dos estados de calamidade pública, pelo Ministro da Integração Nacional, não continha os elementos formais necessários para autorizar sua expedição.

O Plano de Trabalho não foi formulado de acordo com as diretrizes da Sedec, para que se detalhe cada Município como Meta e cada tipo de obra como fase/etapa, em obediência ao regulamentado na Lei nº 11.578/2007, art. 3º, incisos II e III. Sua formulação é muito genérica, sem documentos que comprovem os danos, com sua correta descrição, dimensionamento e localização. As descrições se resumem a mencionar a quilometragem de toda a rodovia, sem individualização dos trechos e municípios e onde se faria necessária a intervenção.

As situações de emergência e dos estados de calamidade pública não foram devidamente caracterizados. O índice pluviométrico informado é bem superior ao registrado nos bancos oficiais de dados. Não foi verificado o alegado incremento de 50% da precipitação acumulada no ano de 2009. O acréscimo, em relação à média dos quatro anos anteriores, foi de apenas 9,1%.

Embora as contratações tenham ocorrido mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os serviços contratados representam ações administrativas continuadas de manutenção e/ou construção. Não caracterizam ação emergencial imposta por desastre natural, impossível de programar. Caracterizam, essencialmente, conservação preventiva periódica.

A confirmar essa percepção, nem os recursos orçamentários seriam os apropriados, nem a forma de contratação poderia se subsumir ao disposto no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, dispensa de licitação por situação emergencial.

A falta de aderência da situação emergencial relatada no processo que orienta a concessão dos recursos com as circunstâncias reais, efetivamente ocorridas, tem previsão sancionatória estipulada no art. 4º, § 1º, do Decreto 6663/2008, que assim se encontra redigido:

“Constatada, a qualquer tempo, a presença de vícios nos documentos apresentados, ou a inexistência do estado de calamidade pública ou da situação de emergência declarados, o ato administrativo que tenha autorizado a realização da transferência obrigatória perderá seus efeitos, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os recursos repassados, atualizados monetariamente.”

**ATENÇÃO**  
**Acórdão**  
**2512/2012**  
**TCU – 1ª Câmara**

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## QUANDO?

A ordem social for afetada devido a alteração da normalidade em virtude de desastre, a depender da sua intensidade, dos danos e prejuízos causados (Infraestrutura, Serviços Públicos, Atividades Econômicas, Bem-estar da População).

Objetiva garantir as condições legais necessárias para responder, reabilitar e reconstruir as áreas afetadas, com o devido amparo jurídico.

Necessidade de adoção de medidas administrativas excepcionais no território afetado, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público.

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

- Crédito extraordinário
- Empréstimo compulsório
- Imposto territorial rural
- Prazos processuais
- Lei de responsabilidade fiscal
- Licenciamento ambiental
- FGTS
- Cometimento de Crimes em Situação Emergencial
- Benefícios agrícolas
- ICMS
- Poder de polícia
- Requisição Administrativa
- Desapropriação
- Responsabilidade Civil do Estado
- Dispensa de licitação – inc. VIII do art. 75 da lei 14.133/2021
- Recursos financeiros (Fed./Est.)

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## TIPOS DE DECRETAÇÃO

**1 - Situação de Emergência (SE):** situação anormal provocada por desastre causadora de danos e prejuízos que implicam o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido e da qual decorre a necessidade de recursos complementares dos demais entes da Federação para o enfrentamento da situação (Lei Federal nº 12.608/2012).

**2 - Estado de Calamidade Pública (ECP):** situação anormal provocada por desastre causadora de danos e prejuízos que implicam o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido, de tal forma que a situação somente pode ser superada com o auxílio dos demais entes da Federação (Lei Federal nº 12.608/2012).

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## CARACTERIZAÇÃO

O que definirá o tipo de decretação como sendo Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública será a caracterização da intensidade do desastre (nível I, II ou III).

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## Intensidade dos Desastres - Portaria MDR nº 260/2022

Desastres de Nível I ou de pequena intensidade: aqueles em que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados a nível local, por meio do emprego de medidas administrativas excepcionais previstas na ordem jurídica.

Desastres de Nível II ou de média intensidade: aqueles em que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos.

Desastres de Nível III ou de grande intensidade: aqueles em que se verifica comprometimento do funcionamento das instituições públicas locais ou regionais, impondo-se a mobilização e a ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e, eventualmente de ajuda internacional, para o restabelecimento da situação de normalidade.

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## Caracterização – Portaria MDR nº 260/2022

### Decretação de Situação de Emergência (SE):

quando a intensidade do desastre for classificada como nível I ou II.

### Decretação de Estado de Calamidade Pública (ECP):

quando a intensidade do desastre for classificada como nível III.

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

Nível I - desastres de pequena intensidade

Nível II - desastres de média intensidade (expressivos)



SE

Nível III - desastres de grande intensidade (vultosos)



ECP

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## COMPETÊNCIA PARA DECRETAÇÃO

A Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública será declarada mediante Decreto do Prefeito Municipal ou do Governador do Estado/DF, quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas às ações de resposta e reabilitação dos cenários atingidos pelos desastres.

# DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## COMPETÊNCIA PARA DECRETAÇÃO

- 1) Desastre restrito apenas à área do Município ou do DF: Governador do DF ou Prefeito Municipal.
- 2) Desastres resultantes do mesmo evento adverso e que atingirem mais de um município concomitantemente ou quando um município estiver com sua capacidade administrativa prejudicada pelo evento adverso: Governador do Estado.

# DECRETO

ESTADO DE [NOME DO ESTADO]  
PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO].

DECRETO Nº [número do decreto], de [dia] de [mês] de [ano].

Declara [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do Município afetadas por [nome do desastre – numeração COBRADE], conforme legislação aplicada ao tema.

O (A) Senhor (a) [Nome do (a) prefeito (a)], Prefeito (a) do Município de [Nome do município], localizado no estado de (o) [Nome do Estado], no uso de suas atribuições legais, conferidas pela [Inserir o nº da Lei Orgânica Municipal] e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:

## CONSIDERANDO:

I – Que [inserir descrição dos fatos contendo o fenômeno que causou o desastre, a data e a hora em que ocorreu, sua duração e localização no território do município];

II- Que em decorrência dos seguintes danos [inserir a estimativa dos danos humanos, materiais e ambientais causados pelo fenômeno];

III – A manifestação do [inserir o nome do órgão municipal de Proteção e Defesa Civil] relatando a ocorrência deste desast

## DECRETA:

**Art. 1º.** Fica declarada [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como [nome do desastre – COBRADE], conforme legislação aplicada.

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil], nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil].

**Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5º.** Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

**Art. 6º.** Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por [inserir período de validade do decreto] dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos [Inserir o dia] dias do mês de [Inserir o mês] de [Inserir o ano].

# Validade do Decreto

30 ou 180 DIAS?



E se

lurar

por

e a

validade do decreto?

# Fundamentação Legal

Art. 7º Nos casos não disciplinados em norma específica, o prazo de vigência do reconhecimento da situação de anormalidade decorrente de desastres é de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do decreto.

§ 1º Findo o prazo mencionado no caput, o ente federado poderá declarar novamente a situação de anormalidade e solicitar novo reconhecimento federal, mediante a apresentação de novos elementos que comprovem a permanência dos efeitos do desastre original sobre a região afetada.

§ 3º. Nos casos em que o decreto oriundo do ente federado estabelecer prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, o reconhecimento federal considerará o prazo que estiver expresso naquele decreto.

(Portaria nº 260/2022/MDR)

# Validade do Decreto

90 ou 180 DIAS?  
Por tempo indeterminado?



**Máximo de  
180 dias**

E se a situação perdurar por  
mais tempo que a validade  
do decreto?



**Decreta  
novamente**

# RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO ANORMAL

**Reconhecimento Estadual** – Decreto n° 5696-R de 06 de maio de 2024.

Artigo 33 - O processo de reconhecimento da situação anormal será regido por normatização federal vigente e, no que esta for omissa, por Portaria do Comando-Geral do CBMES.

**Reconhecimento Federal** – Portaria MDR n° 260 de 02 de fevereiro de 2022 alterada pela Portaria MDR n° 3646 de 20 de dezembro de 2022.

# RECONHECIMENTO ESTADUAL

## Objetivo:

Art. 35. O reconhecimento da situação anormal possibilitará o auxílio do Estado de forma complementar às ações de proteção e defesa civil desenvolvidas pelo Município em SE ou ECP.

Mais precisamente, ações de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.

# RECONHECIMENTO FEDERAL

## Objetivo:

Adoção de medidas administrativas excepcionais por parte Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil e o atendimento de requisito previsto em lei para realização de transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.(Port. MDR nº 260/2022)

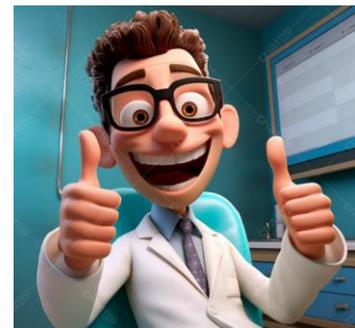
# RECONHECIMENTO FEDERAL – Portaria MDR 260

Nível I - desastres de pequena intensidade.



Não deverá ser encaminhado para reconhecimento estadual ou federal conf. § 1º art. 5º

Nível II - desastres de média intensidade (expressivos);  
Nível III - desastres de grande intensidade (vultosos).



# Prazos para solicitação do reconhecimento

## DESASTRES SÚBITOS:

Até 10 (dez) dias da OCORRÊNCIA do desastre.



## DESASTRES GRADUAIS:

Até 10 (dez) dias contados da DATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO.



# CONCEITOS BÁSICOS

**DESASTRE:** resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais. (Lei federal nº 12.608/2012);

**DESASTRE SÚBITO:** desastre desencadeado por eventos adversos de início abrupto, resultando em danos imediatos ou de rápida evolução;

**DESASTRE GRADUAL:** desastre desencadeado por eventos adversos de agravamento lento e progressivo, resultando em danos crescentes ao longo do tempo.

# Documentação Obrigatória para Reconhecimento Estadual / Federal

- Ofício de Requerimento de reconhecimento federal e estadual (01 para cada ente);
- Decreto que declara a situação de anormalidade, devidamente publicado em meio oficial;
- FIDE;
- Parecer Técnico da COMPDEC;
- Relatório Fotográfico no S2iD, podendo ser complementado com arquivo anexo; e
- Outros documentos (laudos e relatórios) solicitados pela CEPDEC ou Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para instruir a análise técnica;
- **DMATE ?**

(Portaria nº 260/2022/MDR)



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Administração Pública  
e Defesa Social

#DefesaCivilSomosTodosNos

# Modelo de Ofício de Requerimento de Reconhecimento Federal

[timbre]  
[órgão proponente]  
[endereço com CEP]  
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [000/ANO/SIGLA]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

A Sua Excelência o Senhor

[Inserir o nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Esplánada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF

CEP: 70067-901 Brasília/DF

Telefone: (61) 2034-5513

Assunto: Solicitação de Reconhecimento Federal.

Senhor Secretário Nacional,

1. [Introdução sucinta], com fulcro na Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, participo a ocorrência de situação de normalidade por desastre, registrado no sistema S2ID, em resumo:

UF: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Desastre: [classificação conforme decretação]	Data do desastre: [DD/MM/AAAA]
Decreto (n. e data)	Publicação: [diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2ID: [UF-F-0000000-00000-00000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas nos formulários eletrônicos e demais documentos enviados por meio do protocolo S2ID supracitado, **solicita-se o reconhecimento federal da situação de anormalidade decretada devido a necessidade de apoio federal para [descrever sucintamente a motivação da necessidade do reconhecimento federal, especificando quais os benefícios federais a serem pleiteados para atendimento às vítimas de desastres, conforme disposto em legislação].**

3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2ID supracitado.**

4. [Retirar esse item caso o pedido não seja de Reconsideração.] Considerando o art. 14 da Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, solicita-se a reconsideração do indeferimento do pedido de reconhecimento federal nº [número do processo], vinculado ao protocolo nº [número do protocolo], [da Situação de Emergência declarada ou do Estado de Calamidade Pública declarado] pelo [Estado ou Município] [inserir o nome do ente federado]. Destaca-se observância ao prazo de até 10 (dez) dias do recebimento da notificação oficial de indeferimento. E fundamenta-se esse recurso na apresentação de novos documentos

comprobatórios, ou seja, [citar o(s) novo(s) documento(s) que o ente deseja apresentar. **[Em se tratando de pedido de reconsideração, retirar os itens de 1 a 3 e deixar apenas o texto do atual (item 4)].**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]

Prefeito Municipal ou Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Se pleito estadual:

[Nome e assinatura]

Governador ou Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

Fim do documento ■

# Modelo de Ofício de Requerimento de Reconhecimento Estadual

[timbre]  
[órgão proponente]  
[endereço com CEP]  
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [00/ano/sigla da área/órgão]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Ao Senhor  
[Nome do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil]  
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil  
Rua Tenente Mario Francisco Brito, nº 100, Enseada do Suá  
CEP: 29.050-555 – Vitória/ES

Assunto: **Solicitação de Reconhecimento Estadual.**

Senhor Coordenador Estadual,

1. [Introdução], com fulcro no Decreto nº 5696-R, de 06 de maio de 2024, do Governo do Estado do Espírito Santo, participo a ocorrência de

situação de anormalidade por desastre, registrada no sistema S2iD, em resumo:

UF:	Município:
Desastre: [classificação conforme decretação e FIDE]	Data do desastre: [00/00/0000]
Decreto [nº e data]	Publicação do decreto: [Diário Oficial Municipal/Estadual nº e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2iD: [UF-F-0000000-00000-000000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e demais documentos enviados por meio do protocolo S2iD supracitado, **solicita-se o reconhecimento Estadual da situação de anormalidade decretada devido à necessidade de apoio estadual para [descrever sucintamente os benefícios estaduais a serem pleiteados e motivadores da necessidade do reconhecimento estadual].**

3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2iD supracitado.**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]  
Prefeito Municipal

# Modelo de Decreto

ESTADO DE [NOME DO ESTADO]  
PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO].

DECRETO Nº [número do decreto], de [dia] de [mês] de [ano].

Declara [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do Município afetadas por [nome do desastre – numeração COBRADE], conforme legislação aplicada ao tema.

O (A) Senhor (a) [Nome do (a) prefeito (a)], Prefeito (a) do Município de [Nome do município], localizado no estado de (o) [Nome do Estado], no uso de suas atribuições legais, conferidas pela [Inserir o nº da Lei Orgânica Municipal] e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:

## CONSIDERANDO:

I – Que [inserir descrição dos fatos contendo o fenômeno que causou o desastre, a data e a hora em que ocorreu, sua duração e localização no território do município];

II- Que em decorrência dos seguintes danos [inserir a estimativa dos danos humanos, materiais e ambientais causados pelo fenômeno];

III – A manifestação do [inserir o nome do órgão municipal de Proteção e Defesa Civil] relatando a ocorrência deste desast

## DECRETA:

**Art. 1º.** Fica declarada [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como [nome do desastre – COBRADE], conforme legislação aplicada.

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil], nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil].

**Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5º.** Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

**Art. 6º.** Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por [inserir período de validade do decreto] dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos [Inserir o dia] dias do mês de [Inserir o mês] de [Inserir o ano].

# Modelo de Parecer Técnico

GOVERNO DO ESTADO [nome] OU PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[Órgão de Proteção e Defesa Civil]

[Endereço com CEP]

[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

## I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o desastre e situação de anormalidade abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Decreto [n. e data]		Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]	
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]		Desastre Nível [I, II ou III]	
Protocolo de Registro no S2ID: [UF-F-0000000-00000-00000000]			

## II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS:
[Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
C. DANOS MATERIAIS:

[Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

D. DANOS AMBIENTAIS:

[Breve descrição qualitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

## III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:

[Breve descrição qualitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

[Breve descrição qualitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

## IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se a apresentação geral das informações do desastre e atuação emergencial decorrente, e constata-se que os requisitos estabelecidos, nas normas vigentes para a decretação de situação de anormalidade, foram **cumpridos**.

Desta forma, **fundamenta-se a situação de anormalidade decretada**.

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura]

[Nome]

[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

## **O reconhecimento é obrigatório?**

Não, depende de análise processual

# CRITÉRIOS ESTADUAIS ESPECÍFICOS

Art. 30. Caberá à CEPDEC a análise do processo de solicitação de reconhecimento estadual da situação anormal enviada pelo Município, com posterior emissão de parecer e remessa ao Governo do Estado em caso de parecer favorável.

Art. 31. Para a obtenção de parecer favorável é necessário que as informações constantes no processo demonstrem os danos e prejuízos decorrentes do desastre.

# BENEFÍCIOS DO RECONHECIMENTO FEDERAL

- Transferência Obrigatória;
- Garantia Safra;
- Operação Carro Pipa;
- Prioridade no Programa Água Para Todos;
- Bolsa Estiagem;
- Linha de Crédito por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste;
- Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais - BNDES PER;
- Antecipação de benefícios da Previdência Social;
- Liberação de FGTS;
- Redução da alíquota do Imposto sobre Propriedade Rural – ITR;
- Prorrogação dos financiamentos rurais com subsídios.

# BENEFÍCIOS DO RECONHECIMENTO ESTADUAL

- Transferência Obrigatória (FUNPDEC);
- Cartão Reconstrução (SETADES);
- Linhas de Crédito para Empréstimos e Financiamentos.

# OBSERVAÇÕES

Todo o processo de reconhecimento Estadual e Federal é realizado por meio do Sistema S2iD;

O ato formal de reconhecimento estadual é a publicação do decreto estadual de reconhecimento emitido pelo Governo do Estado no diário oficial do estado;

O ato formal de reconhecimento federal é a publicação da portaria de reconhecimento emitida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - MIDR no diário oficial da união.

# DECRETAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO ANORMAL

## DÚVIDAS



Art. 25 do Decreto 5696-R. O órgão municipal de proteção e defesa civil, em caso de dúvida na elaboração do processo de situação anormal, poderá solicitar o assessoramento da REPDEC da sua região.

# SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES



# S2ID

Plataforma do Sistema Nacional e Proteção e Defesa Civil que integra diversos produtos da SEDEC, com o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas.

No S2iD é possível solicitar recursos do governo federal para ações de resposta e de recuperação, registrar desastres e solicitar reconhecimento federal e estadual.

O sistema conta hoje com mais de 23.596 usuários, distribuídos em 5.225 municípios do país.

Fonte: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protacao-e-defesa-civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres> em 09/10/2025.



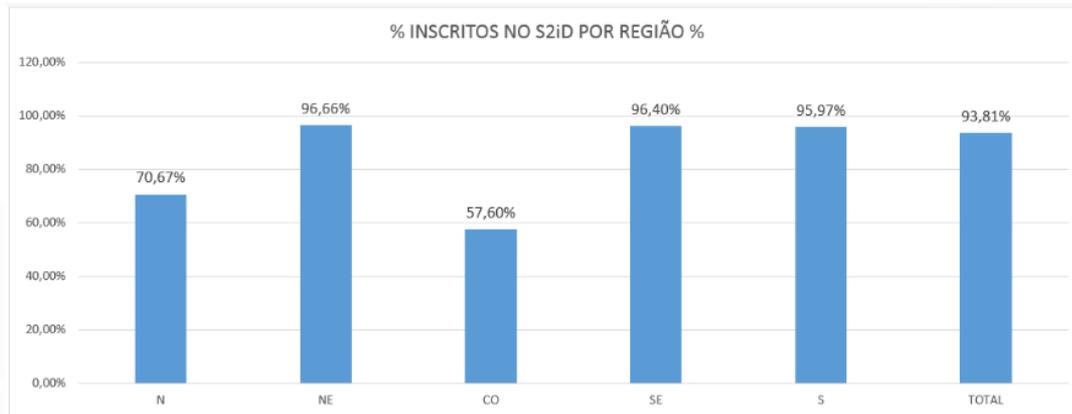
CORPO DE  
BOMBEIROS  
MILITAR  
ESPÍRITO SANTO



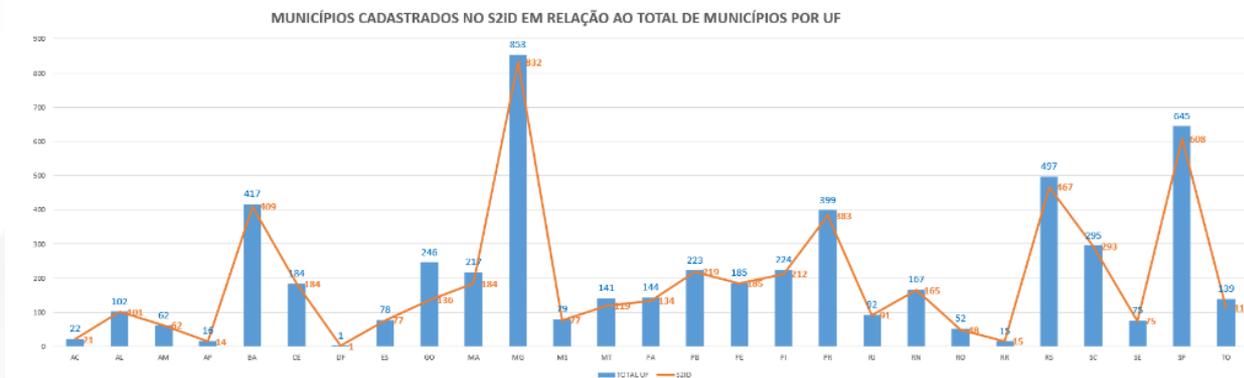
GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Defesa Civil

#DefesaCivilSomosTodosNos

# O S2iD em números



Fonte: Sistema de Informações sobre Desastres (S2iD) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Atualização: 31/8/2025



Fonte: Sistema de Informações sobre Desastres (S2iD) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Atualização: 31/8/2025

# S2ID

Há **03 (três)** tipos de usuários do **S2ID**:

- Usuário Municipal;
- Usuário Estadual;
- Usuário Federal.

# PÁGINA PRINCIPAL DO S2ID

S2iD Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

Índice Acessibilidade A+ Aumentar Fonte A Tamanho Normal A- Diminuir Fonte Alto Contraste

Sobre Série Histórica Relatórios Arquivo Digital Atlas Brasileiro Ouvidoria Suporte técnico

Reconhecimentos vigentes Cidades resilientes

Cobraide Município

COBRAIDE

Usuário:  Senha:  Entrar

[Não possui cadastro](#) [Esqueci a senha](#)

# REALIZANDO O REGISTRO - OFÍCIO

APÓS ANEXAR O OFÍCIO, PREENCHER A IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO NO SISTEMA E ENVIAR PARA A SEDEC APERTANDO O BOTÃO SOLICITAR CADASTRO.

**Novo cadastro**

Anexar ofício de Solicitação de Cadastro devidamente preenchido e assinado.

Modelo de ofício

Choose File No file chosen

Formato permitido: pdf

**Cancelar** **Anexar Arquivo**

Modelo de ofício municipal—Cadastramento S2ID ¶

**PREFEITURA MUNICIPAL** [Inserir o nome do Município] ¶  
[Inserir endereço com CEP] ¶  
[Inserir números de telefone e e-mail] ¶

¶  
Ofício nº. [Inserir o número do ofício] ¶  
[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano] ¶

¶  
Ao Senhor ¶  
[Inserir o nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil] ¶  
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil ¶  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF ¶  
CEP: 70067-901 ¶  
Telefone: (61) 2034-5869 ¶

¶  
**Assunto:** Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, referente ao cadastramento de usuários no S2ID. ¶

¶  
Senhor Secretário Nacional, ¶

¶

- Por meio da Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, foi estabelecido que as solicitações de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública serão feitas por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. ¶
- Com base no Art. 6º, a legitimidade do acesso ao S2ID deverá ser garantida por meio do cadastramento individual dos usuários no Sistema. ¶
- Assim, cumprindo o que se pede no §1º, do Art. 6º, informo abaixo os dados do (s) seguinte (s) servidor (s) responsável (eis) pela inserção de informações no Sistema referente a este município. ¶

Nome completo: ¶ CPF: ¶ E-mail: (para cada usuário a ser cadastrado, usar um e-mail individual) ¶ Telefone institucional: ¶ Nº de celular: ¶ Nome do Órgão de Defesa Civil: ¶ Endereço do Órgão de Defesa Civil: ¶
Nome completo: ¶ CPF: ¶ E-mail: (para cada usuário a ser cadastrado, usar um e-mail individual) ¶ Telefone institucional: ¶ Nº de celular: ¶ Nome do Órgão de Defesa Civil: ¶ Endereço do Órgão de Defesa Civil: ¶

¶  
Atenciosamente, ¶  
¶

[Inserir o nome do Prefeito (a) ou o nome do Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil] ¶  
Prefeito (a) Municipal / Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil ¶

# SOLICITAR CADASTRO S2ID

**OBS: Caso seu cadastro não seja realizado em dois dias úteis, entre em contato com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) pelo telefone: (61) 2034-4627.**

Tipo de Usuário

Tipo:

Usuário do Município  
 Usuário do Estado

Identificação do usuário

\*Nome:  Data de nascimento:

Sexo:  Masculino  Feminino \*\*CPF:  Telefone:  Celular:

\*E-mail:  E-mail secundário:

\*UF:  Selezione \*Município:  Selezione Bairro:  CEP:

Endereço:

Grau de escolaridade:  Selezione Cargo:  Selezione um cargo

Informações sobre capacidade gerencial do Município

Foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município?  Sim  Não

Existe plano de contingência?  Sim  Não

Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município?  Sim  Não

\*Confirmar e-mail do usuário:  \*Senha:  \*Confirmar senha:

\*Campos obrigatórios

**Solicitar cadastro**

# ATUALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA



Services

Participate

Information access

Legislation

Information channels



**S2iD** Sistema Integrado de  
Informações sobre Desastres

Início Acessibilidade **A\*** Aumentar Fonte **A** Tamanho Normal **A\*** Diminuir Fonte **A** Alto Contraste

Manutenção do cadastro do usuário

Carlos Roberto Rampinelli Rossi | Sair

## Identificação do usuário

*Nome:	Carlos Roberto Rampinelli Rossi	Data de nascimento:	20/07/1968				
Sexo:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	*CPF:	985.999.507-97	Telefone:	(27) 3194-3699	Celular:	(27) 99615-9193
*E-mail:	carlos.rossi@bombeiros.es.gov.br	E-mail secundário:	rossirampinelli@gmail.com				
*UF:	ES	*Município:	Vitória	Bairro:		CEP:	
Endereço:							
Instituição:							
Ensino Superior Completo		Cargo:		Bombeiro Militar / Agente de Proteção e Defesa Civil		<b>Criar cargo</b>	

## Informações do Governo do Estado

Pessoa Jurídica:					
Governo do Estado de ESPÍRITO SANTO					
*CNPJ:	27.080.530/0001-43	Código do município:	3205309	SIAFI:	0
*Nome do Governador ou Responsável:	Paulo César Hartung Gomes	*CPF:	698.412.417-49	*Data de nascimento:	21/04/1957
E-mail:		Telefone:		Celular:	
Endereço:	Av. Mal. Mascarenhas de Moraes	Bairro:	Bento Ferreira	CEP:	

\*Campos obrigatórios

**Trocar Senha**

**Avançar**

Desenvolvido por CEPED UFSC  
3.6.020



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Administração Pública  
e Defesa Social

#DefesaCivilSomosTodosNos

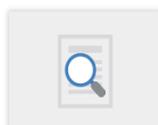
# MÓDULOS

## Obras de prevenção



Obras de Prevenção

## Reconhecimento federal



Registro e reconhecimento

## Ações de resposta



Solicitação de recursos

## Ações de reconstrução



Solicitação de recursos

## Plano de contingência



Criação / edição

## Gerenciamento de desastres



Gerenc. de desastres

## Consulta de registros



Análise geoespacial



Arquivo digital

## Outras opções



Relatórios



SCDI



Manual do usuário



Legislação



# NOVO REGISTRO

O S2ID possibilita aos municípios registrarem todas as ocorrências de desastres, mesmo aquelas que não foram graves o suficiente para precisar da homologação pelo estado ou do reconhecimento federal. É importante que o município registre as ocorrências, visto que o registro fornece informações essenciais para a atualização constante dos dados do S2ID, este registro poderá ser feito até 6 meses da situação anormal.

[Voltar](#)

Filtros de Busca

Estado: **SC** Município: **Florianópolis**

Data de Ocorrência do desastre: de  até  *Opcional*

*Opcional*

[Pesquisar](#)

Protocolo	Desastre	Data de ocorrência	Status
SC-F-4205407-12300-20190701	Alagamentos	01/07/2019	Solicitação de exclusão de registro
SC-F-4205407-13214-20190701	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Ir	01/07/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-11321-20190701	Deslizamentos	01/07/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-12300-20190628	Alagamentos	28/06/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-13112-20190628	Ciclones - Marés de Tempestade (Ressaca)	28/06/2019	Homologado pelo estado
SC-F-4205407-14140-20190627	Baixa Umidade do Ar	27/06/2019	Em análise
SC-F-4205407-13120-20190627	Frentes Frias/Zonas de Convergência	27/06/2019	Reconhecido
SC-F-4205407-12200-20190625	Enxurradas	25/06/2019	Registro excluído
SC-F-4205407-24100-20190521	Colapso de edificações	21/05/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-12200-20190510	Enxurradas	10/05/2019	Registro

[Novo Registro](#)

# DETALHAMENTO DO PROTOCOLO

Voltar

Protocolo: SC-F-4205407-12200-20190510 Município: \_\_\_\_\_ Fone/Fax: \_\_\_\_\_ Histórico: \_\_\_\_\_  
Descrição: Enxurradas Status: \_\_\_\_\_ Registro: \_\_\_\_\_

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexo 5. Protocolo de Documento

## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

### Formulário de Informações do Desastre - FIDE

**1. IDENTIFICAÇÃO**

UF: SC	Município: municípios	Código IBGE: 4205407		
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (Anual)	Arrecadação (Anual)	
<21.203				
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)		

PROTOCOLO Nº SC-F-4205407-12200-20190510

**SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO**

ENXURDAS  
Excesso superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, resultando em pingos livres de raios acelerados. Caracterizada pela elevação súbita das águas de deformação (desaguias e transbordamentos) livres do curso fluvial. Agrava-se quando ocorre destruição.

**2. TIPIFICAÇÃO**

COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)
12200	Enxurradas

**3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE\***

Dia	Mês	Ano	Horário
10	05	2019	13:00

\*Quando ocorrer a inclusão de dados, inserir data do evento

SC - F - 4205407 - 12200 - 20190510

↓

Estado referente ao município solicitante

↓

Geocódigo IBGE do município afetado

↓

Data informada do desastre no formato AAAAMMDD

↓

Tipo do documento, nesse caso F de FIDE

↓

Código Cobrade referente ao tipo de desastre

# CONCEITOS BÁSICOS

**FIDE:** Formulário de Informações do Desastre, é o primeiro documento a ser preenchido, pois é requisito para acessar os demais formulários do sistema.

No FIDE as informações prestadas deverão ser dos danos e prejuízos.

# PREENCHIMENTO DO FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO
2. TIPIFICAÇÃO
3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE
4. ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA
5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE
6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS
7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS
8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

# PREENCHIMENTO DO FIDE

## Registro e Reconhecimento

### Atenção às recomendações sobre o tempo para preenchimento do FIDE

Após 30 minutos de inatividade essa sessão está configurada para encerrar automaticamente, recomenda-se:

- O formulário pode ser salvo ao longo de seu preenchimento antes do envio para análise.
- Os dados preenchidos não serão salvos caso seja atingido o limite de 30 minutos de inatividade.
- Portanto, recomenda-se não aguardar até o final do preenchimento para salvar as informações.

OK

# 1- IDENTIFICAÇÃO

O campo "População (habitantes)" é preenchido automaticamente, de acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE.

Os valores econômicos podem ser preenchidos com base no ano anterior e podem ser obtidos com o órgão financeiro respectivo ao local afetado. Estas informações são importantes para o analista entender melhor a situação do município.

1. IDENTIFICAÇÃO			
UF: SC	Município: Florianópolis		Código IBGE: 4205407
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
421.203			
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	

## 2. TIPIFICAÇÃO

A tipificação adotada para desastres é a **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)**, dividida em desastres naturais e desastres tecnológicos.

**SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO**

Selecione o tipo de COBRADE\*

**2. TIPIFICAÇÃO**

COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)

# CATEGORIAS COBRADE

## A COBRADE POSSUI DUAS CATEGORIAS DE DESASTRES

### 1. NATURAL



Geológicos



Hidrológicos



Meteorológicos



Climatológicos



Biológicos

### 2. TECNOLÓGICO



Substâncias radioativas



Produtos perigosos



Incêndios urbanos



Obras civis



Transporte de passageiros e cargas não perigosas

# 3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE

Para desastres súbitos, a data de ocorrência corresponde à data do evento que resultou o desastre, enquanto para desastres graduais a data de ocorrência coincide com a data da decretação estadual ou municipal.

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE*			
Dia	Mês	Ano	Horário
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

\*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

# TIPIFICAÇÃO E DATA

A tipificação e data da ocorrência, são os únicos campos que não podem ser alterados após serem salvos. Isso ocorre pelo fato de que esses dados compõem o identificador do protocolo que é gerado ao salvar o formulário.

PROTOCOLO Nº ES-F-3203403-13213-20210331

## SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO

Tempestade Local/Convectiva - Granizo

Precipitação de pedaços irregulares de gelo.

## 2. TIPIFICAÇÃO

COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)
13213	Tempestade Local/Convectiva - Granizo

## 3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE\*

Dia	Mês	Ano	Horário
31	03	2021	00:01

\*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

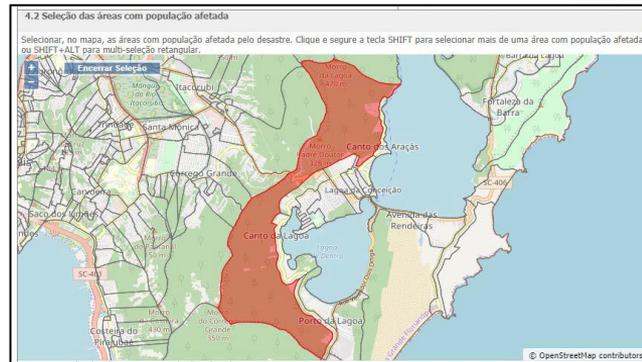
# 4.1 ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA

Este preenchimento destina-se a demonstra as regiões afetadas pelo desastre, com objetivo de criar uma relação entre as áreas e seu tipo de ocupação.

4. ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA				
4.1 Área com população afetada/Tipo de ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
Residencial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comercial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Industrial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agrícola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pecuária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Extrativismo vegetal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reserva florestal ou APA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mineração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Turismo e outras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

# 4.2 SELEÇÃO DAS ÁREAS COM POPULAÇÃO AFETADA

Você deve **selecionar as áreas que possuam população afetada pelo desastre**, a quantidade máxima permitida para seleção é de 235 setores



## Registro e Reconhecimento

Para prosseguir com o cadastro/alteração do FIDE, o botão **"Encerrar Seleção"** deve ser pressionado após os setores afetados terem sido selecionados. A quantidade máxima permitida para seleção é de **235** setores.

OK

## 4.3 DESCRIÇÃO DAS ÁREAS/POPULAÇÃO AFETADA

O objetivo dessa seção é fornecer mais detalhes sobre a seleção realizada no mapa, como nomes de regiões, bairros e ruas.

Uma utilização deste detalhamento seria na avaliação da movimentação da conta **vinculada do trabalhador o FGTS** para aqueles residentes nas áreas atingidas pelo desastre.

4.3 Descrição das áreas com população afetada

Citar as áreas com população afetada pelo desastre conforme selecionadas no mapa, especificando se urbana ou rural.

Nome dos bairros, comunidades, povoados, distritos e outras áreas com população afetada selecionadas no mapa. Incluir outros detalhes, caso necessário.

Caracteres restantes: 4000

## 5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Nesta seção é necessário descrever especificamente o evento adverso que provocou o desastre, tanto sua magnitude quanto suas consequências, e informar suas características (tempo de duração, os milímetros de chuva, a velocidade do vento, o nível do rio, o período de estiagem, etc).

### 5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Descrever o evento adverso que causou o desastre e as características que demonstraram sua magnitude.

Duração do evento adverso, características conforme o tipo de desastre (milímetros de chuva, velocidade do vento, nível do rio, nível de poços, período de estiagem, etc).

Caracteres restantes: 4000

# 6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS				
<b>6.1 DANOS HUMANOS</b> Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desalojados, deslocados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação			Quantidade
	<b>Mortos</b>	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.		0
	<b>Feridos</b>	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).		0
	<b>Enfermos</b>	Pessoas que desenvolverem processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.		0
	<b>Desalojados</b>	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.		0
	<b>Desaparecidos</b>	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.		0
	<b>Outros afetados</b>	Pessoas que necessitam ser encotradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.		0
	<b>TOTAL DE AFETADOS</b>			0
<b>6.1.1 Descrição</b> Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos humanos citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre. Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.				
Caracteres restantes: 4000				
<b>6.2 DANOS MATERIAIS</b> Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comunitário ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura identificadas ou destruídas pelo desastre.	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
	Unidades habitacionais	0	0	0,00
	Instalações públicas de saúde	0	0	0,00
	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	0	0	0,00
	Instalações públicas de uso comunitário	0	0	0,00
	Obras de infraestrutura pública	0	0	0,00
<b>6.2.1 Descrição</b> Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos materiais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre. Ex: Nome da instituição danificada e/ou danificada, sua localidade e respectivos bens materiais que foram danificados, etc.				
Caracteres restantes: 4000				
<b>6.3 DANOS AMBIENTAIS</b> Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
	Poluição ou contaminação da água	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Diminuição ou esaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
<b>6.3.1 Descrição</b> Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre. Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.				
Caracteres restantes: 4000				

# 6. 1 DANOS HUMANOS

Ao preencher o campo “Quantidade” ao final de cada linha, o sistema automaticamente realiza o somatório, indicando o número total de afetados.

Outros afetados pode ser utilizado no caso de existirem pessoas que não se enquadram exatamente nas outras categorias, mas que foram afetadas diretamente pelo evento.

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS			
6.1 DANOS HUMANOS Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação		Quantidade
	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	0
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	0
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	0
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	0
	<b>TOTAL DE AFETADOS</b>		

# 6.1.1 DESCRIÇÃO

Caso seja indicada a existência de afetados, o campo “**6.1.1 Descrição**”, torna-se obrigatório, para que se especifique e adicione outras informações relativas aos tipos de danos humanos quantificados anteriormente.

**6.1.1 Descrição**

Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos humanos citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.

Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

## 6.2 DANOS MATERIAIS

Nesta seção deve ser informado a quantidade de unidades habitacionais, obras de infraestrutura pública e instalações públicas (de saúde, ensino, prestadoras de outros serviços e de uso comunitário) que foram danificadas ou destruídas pelo desastre.(relatórios que comprovem os danos poderão ser solicitados conforme Portaria MDR nº 260/2022)

<b>6.2 DANOS MATERIAIS</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Quantidades danificadas</b>	<b>Quantidades destruídas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	<b>Unidades habitacionais</b>	0	0	0,00
	<b>Instalações públicas de saúde</b>	0	0	0,00
	<b>Instalações públicas de ensino</b>	0	0	0,00
	<b>Instalações públicas prestadoras de outros serviços</b>	0	0	0,00
	<b>Instalações públicas de uso comunitário</b>	0	0	0,00
	<b>Obras de infraestrutura pública</b>	0	0	0,00

## 6.2.1 DESCRIÇÃO

Caso você preencha qualquer uma das linhas com quantidades e/ou valor, o campo **6.2.1 Descrição** passa a ser obrigatório.

Assim, é importante detalhar estas para facilitar o entendimento dos analistas que irão avaliar a solicitação

### 6.2.1 Descrição

Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos materiais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.

Ex: Nome da instituição danificado e/ou danificada, sua localidade e respectivos bens materiais que foram danificados, etc.

Caracteres restantes: 4000

## 6.3 DANOS AMBIENTAIS

Em caso de resposta positiva, você precisa preencher também a coluna seguinte, informando a proporção do dano.

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
	Poluição ou contaminação da água	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	Selecione
Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	DE 0% A 5% DA POPULAÇÃO AFETADA	
Diminuição ou exaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	DE 5% A 10% DA POPULAÇÃO AFETADA	
			DE 10% A 20% DA POPULAÇÃO AFETADA	
Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	MAIS DE 20% DA POPULAÇÃO AFETADA	
			Selecione	

**6.3.1 Descrição**  
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.  
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
	Poluição ou contaminação da água	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	DE 0% A 5% DA POPULAÇÃO AFETADA
Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Diminuição ou exaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Área atingida	
			Selecione	

**6.3.1 Descrição**  
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.  
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

# 7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS	
<b>7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS</b> Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.	Valor total do prejuízo econômico (setor público) R\$ 0,00
<b>Serviço essencial prejudicado</b> Serviço essencial público prejudicado no intersetado.	Valor do prejuízo (R\$)
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00
Abastecimento de água potável	0,00
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00
Telecomunicações	0,00
Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00
Segurança pública	0,00
Ensino	0,00
<b>7.1.1 Descrição</b> Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos públicos citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.	
Caracteres restantes: 4000	
<b>7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS</b> Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Valor total do prejuízo econômico (setor privado) R\$ 0,00
<b>Setores da economia</b>	Valor do prejuízo (R\$)
Agricultura	0,00
Pecuária	0,00
Indústria	0,00
Comércio	0,00
Serviços	0,00
<b>7.2.1 Descrição</b> Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos privados citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.	
Caracteres restantes: 4000	

# 7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS

Os prejuízos públicos são decorrentes da interrupção ou comprometimento de algum serviço essencial (saúde, educação, segurança, etc.). É importante lembrar que no campo valor do prejuízo seja informado apenas o valor do prejuízo relacionado ao desastre e não o valor que é necessário para, por exemplo, restabelecer ou recuperar as vias danificadas, sendo estes preenchidos na tabela de danos materiais. (relatórios que comprovem os prejuízos)

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS	
7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS	Valor total do prejuízo econômico (setor público)
Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.	R\$ 0,00
Serviço essencial prejudicado	Valor do prejuízo (R\$)
Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.	
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00
Abastecimento de água potável	0,00
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00
Telecomunicações	0,00
Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00
Segurança pública	0,00
Ensino	0,00
<b>7.1.1 Descrição</b>	
Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos públicos citados acima.	
Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.	
Caracteres restantes: 4000	

# 7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS

Neste campo é preciso registrar os prejuízos econômicos, correspondentes aos setores da economia: agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços.(relatórios que comprovem os prejuízos)

<b>7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS</b> Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.		<b>Valor total do prejuízo econômico (setor privado)</b> R\$ 0,00
<b>Setores da economia</b>	<b>Valor do prejuízo (R\$)</b>	
<b>Agricultura</b>	<input type="text" value="0,00"/>	
<b>Pecuária</b>	<input type="text" value="0,00"/>	
<b>Indústria</b>	<input type="text" value="0,00"/>	
<b>Comércio</b>	<input type="text" value="0,00"/>	
<b>Serviços</b>	<input type="text" value="0,00"/>	
<b>7.2.1 Descrição</b> Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos privados citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.		
Caracteres restantes: 4000		

# 8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

A última seção do FIDE, gerada automaticamente pelo sistema, apresenta os dados institucionais do usuário responsável pelo preenchimento do FIDE, como o cargo, telefone e e-mail.

8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE		Data do preenchimento		
<b>Nome do responsável pelas informações:</b> Usuário Municipal 2		<b>Dia</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
<b>Cargo:</b>		04	10	2019
<b>Telefone de contato:</b>		<b>Última alteração</b>		
<b>E-mail:</b> municipio2@ceped-ufsc.com		04	10	2019
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704 CEP: 70.067-901 – Brasília/DF Contato: 0800 644 0199		 <b>Ministério da Integração Nacional</b>		

Salvar Registro

# OUTRAS ABAS

Logo após salvar o FIDE pela primeira vez, pode-se perceber que, além do número do protocolo ser criado, o sistema passa a disponibilizar as abas “DMATE”, “Relatório Fotográfico”, “Anexos” e “Modelos de Documentos”.

Protocolo: SC-F-4205407-14132-20190925 Município: Florianópolis Homologado: \_\_\_\_\_  
Desastre: Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar Status: \_\_\_\_\_ Registro: \_\_\_\_\_

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

### Formulário de Informações do Desastre - FIDE

**1. IDENTIFICAÇÃO**

UF: SC	Município: Florianópolis	Código IBGE: 4205407	
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
421.203	16.448.667.980,40	2.180.495.600,00	354.475.883.972,89
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	
137.785.726,60		1.653.428.719,20	

PROTOCOLO Nº SC-F-4205407-14132-20190925

**SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO**

Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar  
Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando em queda da qualidade do ar.

**2. TIPIFICAÇÃO**

COBRABDE	Denominação(Tipo ou Subtipo)
14132	Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar

**3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE\***

Dia	Mês	Ano	Horário
25	09	2019	10:00

\*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

# CONCEITOS BÁSICO

**DMATE:** Declaração Municipal de Atuação Emergencial, onde deverá conter as ações de resposta realizadas pelo município.

# PREENCHIMENTO A DMATE

1. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE
3. INFORMAÇÕES SOBRE A CAPACIDADE GERENCIAL DO MUNICÍPIO
4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO
5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

# DMATE

A DMATE é um formulário desenvolvido com o intuito de coletar informações específicas que possam relacionar o desastre ocorrido no município com a capacidade municipal de resposta e ações empregadas no âmbito local, considerando as características regionais.

1. FIDE

2. DMATE

3. Relatório Fotográfico

4. Anexos

5. Modelos de Documentos

## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

### Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA: 
DESASTRE: Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar		

1. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA	Sim	Não
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os prejuízos econômicos foram causados por esse desastre?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:  Utilize este campo para detalhar os danos, informando, por exemplo: número de edificações atingidas; valor dos prejuízos para o município; dano a obras públicas; qual foi a população atingida. Essas informações são necessárias para caracterizar o Desastre e resumir os danos informados no FIDE.		

## 2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE

A segunda seção busca trazer mais informações sobre o tipo de desastre, por meio de um breve relato do seu histórico, informando se já aconteceram ocorrências anteriores relacionadas ao mesmo evento e se existem ações de prevenção.

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE		
2.1 HISTÓRICO DE DESASTRE	Sim	Não
Esse tipo de evento já ocorreu anteriormente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse tipo de evento ocorre anual e repetidamente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas já desenvolvidas pelo município e explique porque ainda exige ação emergencial		
<input type="text" value="Utilize este campo para informar falta de ações preventivas como, por exemplo: obras de drenagem, de contenção de encostas, etc."/>		

### 3. INFORMAÇÕES DA CAPACIDADE GERENCIAL

A terceira seção tem como foco as características do município, que envolvem um conjunto de questões referentes à capacidade gerencial, especificamente sobre o planejamento estratégico/tático/operacional do Ente afetado.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A CAPACIDADE GERENCIAL DO MUNICÍPIO		
3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	Sim	Não
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco no município?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O município possui órgão de defesa civil?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe plano de contingência para o tipo de desastre ocorrido?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram realizados simulados com a população nas áreas de risco do município?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Órgãos e instituições estaduais apoiam a defesa civil municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre :		
Utilize este campo para detalhar dificuldades como, por exemplo: falta de pessoal, de material, falta de apoio dos demais órgãos da prefeitura, falta de capacitação dos membros do órgão municipal de Defesa Civil, etc.		

# 4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO

Na seção 4 da DMATE há três subitens que dizem respeito às medidas e ações de socorro, assistência e reabilitação do cenário adotadas pelo município:

4.1 Mobilização e emprego de recursos humanos e institucionais;

4.2 Mobilização e emprego de recursos materiais;

4.3 Mobilização e emprego de recursos financeiros;

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO			
Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotado pelo município.			
4.1 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS			
PESSOAL/EQUIPES EMPREGADAS	Sim	Não	Quantidade
Ajuda humanitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Apoio à saúde e saúde pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Assistência médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Avaliação de danos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Busca, resgate e salvamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Promoção, assistência e comunicação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Reabilitação de cenários (obras públicas e serviços gerais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			
4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL/EQUIPAMENTO EMPREGADO	Sim	Não	Quantidade
Água potável/Alimentos/Medicamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Equipamentos e máquinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Helicópteros, barcos, veículos, ambulâncias, outros meios de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Material de limpeza, desinfecção, desinfestação e controle de pragas e vetores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Material de uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			
4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS			
VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	Sim	Não	Valor (R\$)
Oriundos de fonte orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Oriundos de fonte extra orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Oriundos de doações: pessoas físicas, pessoas jurídicas, ONGs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Oriundos de outras fontes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Descrever e/ou detalhar			
Utilize este campo para detalhar se os recursos são suficientes e se há necessidade de complementação pelo Governo Federal ou Governo Estadual. Indique os valores complementares necessários.			

## 4.1 RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS

A primeira parte dessa seção contém uma relação de recursos humanos e institucionais que podem ser empregados durante um desastre. Caso algum recurso humano ou institucional tenha sido mobilizado, deve-se, obrigatoriamente, detalhar estes dados no campo de texto

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO			
Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotado pelo município.			
4.1 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS			
PESSOAL/EQUIPES EMPREGADAS	Sim	Não	Quantidade
Ajuda humanitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Apoio à saúde e saúde pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Assistência médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Avaliação de danos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Busca, resgate e salvamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Promoção, assistência e comunicação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Reabilitação de cenários (obras públicas e serviços gerais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.

Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.

## 4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS

A segunda parte deverá ser relatado quais foram os recursos materiais empregados. Para todas as respostas positivas, você deve informar também a quantidade alocada e detalhar no campo de texto.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL/EQUIPAMENTO EMPREGADO	Sim	Não	Quantidade
Água potável/Alimentos/Medicamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Equipamentos e máquinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Helicópteros, barcos, veículos, ambulâncias, outros meios de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de limpeza, desinfecção, desinfestação e controle de pragas e vetores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
<b>Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.</b>			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			

## 4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Nesta aba o foco está no emprego de recursos financeiros e suas origens, sendo necessário especificar o valor financeiro aplicado e se o recurso é oriundo do próprio orçamento municipal, de fonte extra orçamentária, de doações, de outras fontes ou, ainda, de mais de um tipo de fonte.

4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS			
VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	Sim	Não	Valor (R\$)
Oriundos de fonte orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de fonte extra orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de doações: pessoas físicas, pessoas jurídicas, ONGs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de outras fontes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
<b>Descrever e/ou detalhar</b>			
<p>Utilize este campo para detalhar se os recursos são suficientes e se há necessidade de complementação pelo Governo Federal ou Governo Estadual. Indique os valores complementares necessários.</p>			

## 5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

O último refere-se à identificação da instituição informante, que é preenchida automaticamente pelo sistema, conforme os dados gravados no cadastro do usuário.

### 5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

Nome do responsável pelas informações: Usuário Municipal 5

Cargo:

Telefone de contato:

Local e data: Florianópolis, 26 de Setembro de 2019

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704

CEP: 70.067-901 – Brasília/DF

Contato: 0800 644 0199



Ministério da  
Integração Nacional

Salvar DMATE

# ELABORAR O RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

- 1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO
- 1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO
- 1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

1. EDC 2. DMATI 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

## Relatório Fotográfico

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Colapso de edificações	DATA DA OCORRÊNCIA: 25/08/2019	

1. SITUAÇÃO 1

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

[Inserir Imagem](#)

[Inserir Imagem](#)

1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.  
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.

Longitude: 0.0      Latitude: 0.0

[+](#) Para incluir mais imagens, clique no botão "adicional".

[Salvar formulário](#)

# 1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Lembre-se que o georreferenciamento da imagem e sua descrição são utilizados como base para a análise de ações posteriores ao reconhecimento federal, como as ações de restabelecimento e reconstrução. Para cada situação é possível inserir duas imagens clicando no item Inserir Imagem.

1. FIDE   2. DMATE   3. Relatório Fotográfico   4. Anexos   5. Modelos de Documentos

## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

### Relatório Fotográfico

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar		DATA DA OCORRÊNCIA: 25/09/2019

1. SITUAÇÃO 1

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO



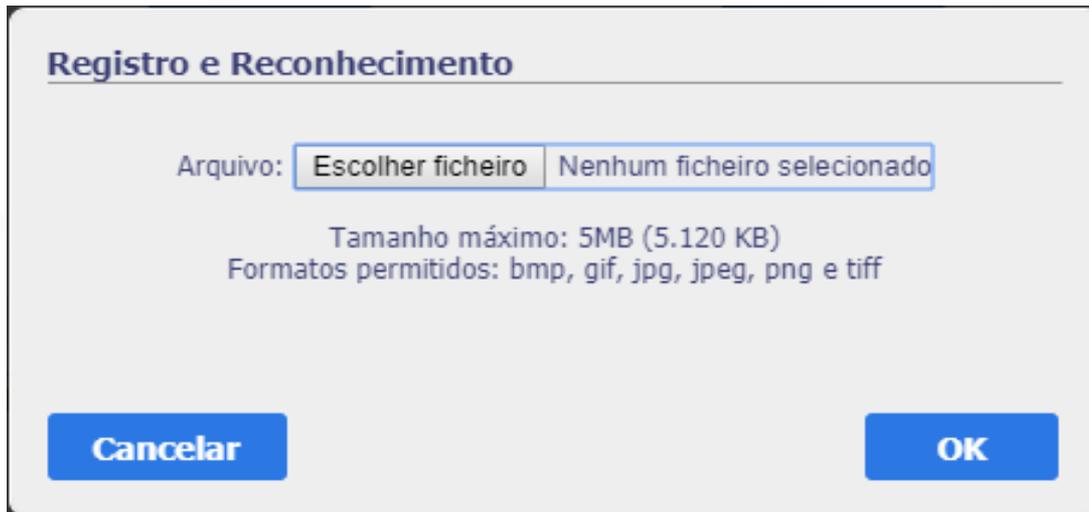
Inserir Imagem



Inserir Imagem

# 1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Ao clicar no item [Inserir Imagem](#), uma tela abrirá para que você possa escolher o arquivo da imagem no seu computador. É preciso estar atento ao tamanho da imagem, que não pode [ultrapassar 5MB](#), conforme determina o sistema, bem como o formato permitido.



# 1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Caso seja necessário inserir mais do que duas imagens, é possível gerar outras situações.

**1. SITUAÇÃO 1**

**1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO**

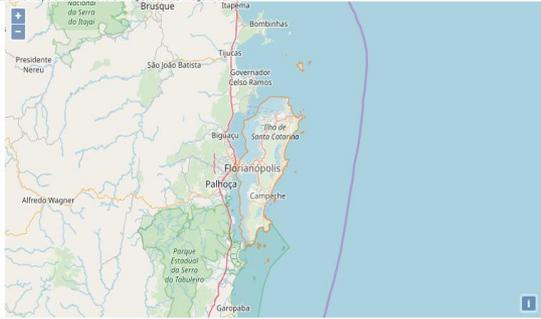
 

Inserir Imagem Inserir Imagem

**1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO**  
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.  
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

**1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO**  
Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.



+

Para incluir mais imagens, clique no botão "adicionar".

Salvar formulário

**2. SITUAÇÃO 2**

**2.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO**

Inserir Imagem Inserir Imagem

**2.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO**  
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.  
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

**2.3 LOCAL DA SITUAÇÃO**  
Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.



Longitude: 0.0 Latitude: 0.0

+

Para incluir mais imagens, clique no botão "adicionar".

Salvar formulário

## 1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Este campo deve ser utilizado como uma legenda explicativa das imagens inseridas. Você deve descrever de forma resumida o local onde foram fotografadas as imagens, situação retratada e sua relação com o desastre.

### 1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

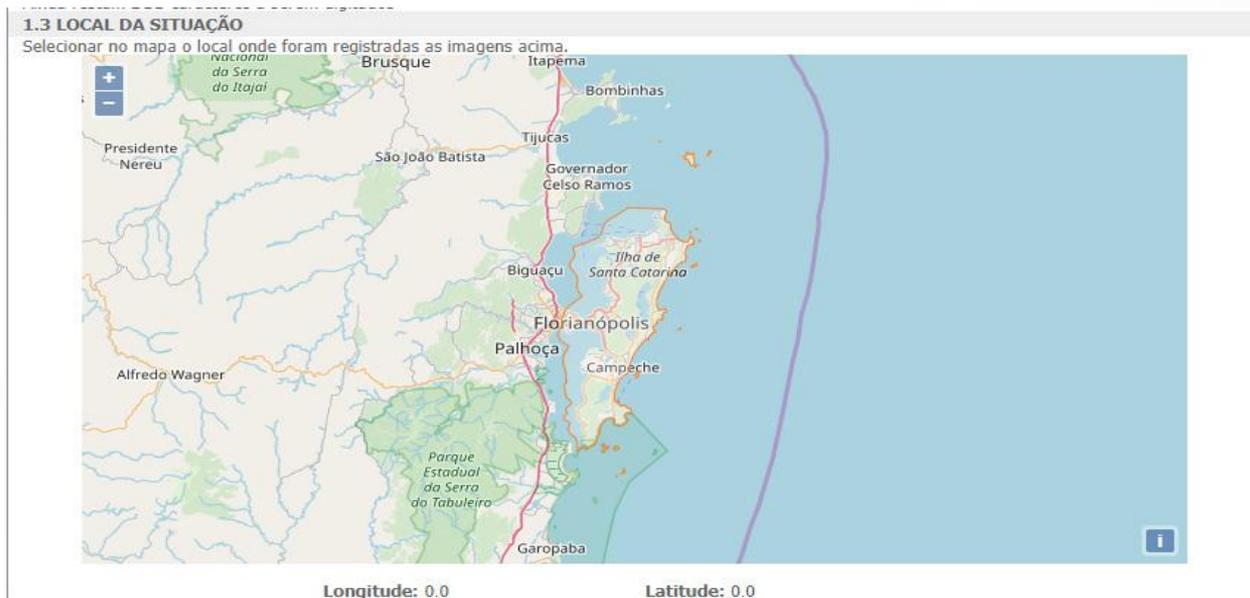
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.

Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

## 1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

Neste campo, você deve selecionar o local onde foram registradas as imagens inseridas. Basta clicar no mapa e ajustar o zoom, para encontrar o ponto desejado.

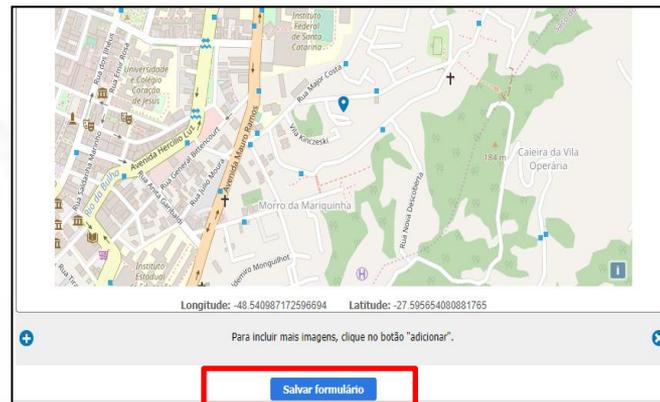
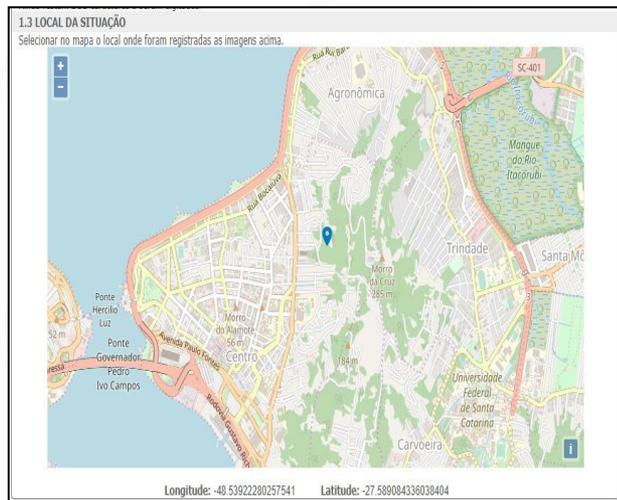


# 1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

Sobre a posição desejada, o sistema irá inserir um marcador azul.

As coordenadas geográficas correspondentes ao ponto selecionado no mapa serão informadas automaticamente pelo sistema.

Sempre que inserir uma nova informação, recomenda-se que você clique no item Salvar formulário, localizado ao final da página, evitando assim a perda dos dados já fornecidos



# ANEXAR OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Na sequência, o sistema lista outros **três documentos**, com a opção para que cada um deles seja anexado e incorporado ao processo. Esses documentos estão detalhados no quadro **Reconhecimento Federal**

[Voltar](#) [Detalhes do processo](#)

Protocolo:	SC-F-4205407-14140-20191103	Município:	Florianópolis	Homologado:	
Desastre:	Baixa Umidade do Ar	Status:		Registro:	

**1. FIDE** **2. DMATE** **3. Relatório Fotográfico** **4. Anexos** **5. Modelos de Documentos**

✓ * Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE	Ofício de solicitação de exclusão de registro	<a href="#">Anexar</a>
✓ * Relatório Fotográfico		
* Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP)	<a href="#">Anexar</a>	
* Ofício Municipal ou Estadual	<a href="#">Anexar</a>	
** Parecer do órgão de proteção e defesa civil	<a href="#">Anexar</a>	
Outros Documentos (Máximo de 15 arquivos)	<a href="#">Anexar</a>	

\* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.  
\*\* Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo	Tipo	Ações
-----------------	------	-------

# ANEXOS S2ID

[Voltar](#)

[Detalhes do processo](#)

Protocolo:  Município:  Homologado:   
Desastre:  Status:

1. FIDE 2. DMATE 2. DEATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

✓ \* Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE

Ofício de solicitação de exclusão de registro

[Anexar](#)

✓ \* Relatório Fotográfico

✓ \* Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP)

[Anexar](#)

✓ \* Ofício Municipal ou Estadual

[Anexar](#)

✓ \*\*\* Parecer do órgão de proteção e defesa civil

[Anexar](#)

Outros Documentos  
(Máximo de 15 arquivos)

[Anexar](#)

\* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.

\*\*\* Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo		Tipo	Ações
Laudo SAAE.pdf	Laudo SAAE	Outros Documentos (Município)	<a href="#">Visualizar</a>
Laudo Assistencia Social.pdf	Laudo Assistência Social	Outros Documentos (Município)	<a href="#">Visualizar</a>
Decreto e Errata.pdf		Decreto	<a href="#">Visualizar</a>
LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 ESTRADAS VI..pdf	LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 ESTRADAS VICINAIS	Outros Documentos (Município)	<a href="#">Visualizar</a>
Parecer Técnico.pdf		Parecer Comdec	<a href="#">Visualizar</a>
LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 EDUCAÇÃO.pdf	LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 EDUCAÇÃO	Outros Documentos (Município)	<a href="#">Visualizar</a>

TIPO DE DOCUMENTO	DEFINIÇÃO
<p><b>DECRETO MUNICIPAL OU ESTADUAL</b></p>	<p>O decreto é o documento que formaliza a SE ou o ECP e é indispensável para a solicitação de reconhecimento federal e posterior liberação dos benefícios e auxílios federais previstos legalmente. É de responsabilidade do chefe do Poder Executivo Municipal ou Estadual.</p>
<p><b>OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO MUNICIPAL OU ESTADUAL</b></p>	<p>O ofício de requerimento é o documento que formaliza e descreve os motivos pelos quais o Ente necessita do reconhecimento federal da SE ou o ECP declarado. É de responsabilidade do chefe do Poder Executivo Municipal ou Estadual.</p>
<p><b>PARECER DO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b></p>	<p>O parecer é o documento elaborado pelo técnico responsável pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec) sobre o desastre ocorrido no município, podendo ser um "Parecer Favorável" ou um "Parecer Desfavorável", servindo de respaldo para a decretação. A sua assinatura é de responsabilidade do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.</p>

# FOLHA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL - FVD

BRASIL				
UF: ES		MUNICÍPIO: Econha		SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Encurruadas		DATA DE OCORRÊNCIA DO DESASTRE: 08/05/2018		
ANÁLISE DOCUMENTAL				
FIDE				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
DMATE				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
RELATÓRIO FOTOGRAFICO				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
PARECER DO ÓRGÃO DE DEFESA CIVIL				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
DECRETO MUNICIPAL				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
OFÍCIO				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
OUTROS				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
O ente federado solicitou reconhecimento federal no prazo legal?				Sim Não
				X
Anotações:				
Houve contato com o ente federado para ajustes na documentação ou complementação de informações?				Sim Não
				X
Anotações:				
Os critérios para reconhecimento federal estabelecidos pela legislação foram cumpridos?				Sim Não
				X
Anotações:				

BRASIL				
UF: ES		MUNICÍPIO: Econha		SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Encurruadas		DATA DE OCORRÊNCIA DO DESASTRE: 08/05/2018		
ANÁLISE DOCUMENTAL				
FIDE				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não	Fazer verificar as 3 solicitações abaixo: 1. Verificar informação sobre danos materiais em unidades residenciais. Foi informado que houve, mas não consta o valor (R\$). Verificar e corrigir. 2. Verificar informação sobre prejuízos públicos. Não houve prejuízos com ensino? E com abastecimento de água potável (há documento de recibo sem data porque não houve abastecimento de água)? Verificar e corrigir.		
X	X			
DMATE				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
DEATE				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
RELATÓRIO FOTOGRAFICO				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
PARECER DO ÓRGÃO DE DEFESA CIVIL				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
DECRETO MUNICIPAL				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
OFÍCIO				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não			
X	X			
OUTROS				
Apresentou inicialmente?	Há pendências?	Anotações:		
Sim Não	Sim Não	3. O documento encaminhado "Laudo sobre encurruadas", da Sec. de Agricultura, não está datado e não apresenta valores em reais dos danos e/ou prejuízos informados no FIDE. Verificar e corrigir.		
X	X			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
O ente federado solicitou reconhecimento federal no prazo legal?				Sim Não
				X
Anotações:				
Data de ocorrência: 08/05/2018 Data de entrada no S2ID: 21/05/2018 Total: 13 dias				
Houve contato com o ente federado para ajustes na documentação ou complementação de informações?				Sim Não
				X
Anotações:				
12/04/2018 solicitado 6 ajustes. Prazo: 7 dias (18/04/2018) 03/06/2018 solicitado 3 ajustes. Prazo: 5 dias (24/06/2018) * Outros documentos solicitados em Ajuntar, foram-se obrigatórios (DN 002/2016, art. 6º, IV, F), ** Após prazo, o andamento da análise se dará com ou sem ajustes) realizado (SI DN 002/2016, art. 8º, 5º)."				
Os critérios para reconhecimento federal estabelecidos pela legislação foram cumpridos?				Sim Não
				X
Anotações:				

# DOCUMENTAÇÃO/REQUERIMENTO

DOCUMENTO	REGISTRO	RECONHECIMENTO ESTADUAL	RECONHECIMENTO FEDERAL
FIDE	X	X	X
DMATE/DEATE	X	X	X
Relatório Fotográfico	X	X	X
Ofício		X	X
Parecer		X	X
Decreto		X	X
Lei (COMPDEC)		X	X
Laudos Técnicos		X	
outros documentos		X	

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. Reconhecimento Federal: Portaria 260/2022/MDR;
2. Reconhecimento Estadual: Decreto nº 5696-R de 06 de maio de 2024.

# PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO





#DefesaCivilSomosTodosNos



**CORPO DE  
BOMBEIROS  
MILITAR**  
ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Segurança Pública  
e Defesa Social

*“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”*

(Max Weber)

# OBRIGADO!

2º Ten BM Prates – (27)99978-7859  
Dep. de Preparação e Resposta



@defesacivil.es



[www.defesacivil.es.gov.br](http://www.defesacivil.es.gov.br)